

Ambiente Político Brasileiro

Edição nº 8 – agosto de 2015

GOVERNABILIDADE

Crescente desde a chegada de Dilma Rousseff ao poder em 2011, a tensão entre o Governo e os partidos aliados atingiu níveis críticos no primeiro semestre deste ano com a **desagregação dos parlamentares da base** em votações cruciais para o Palácio do Planalto e com um **posicionamento combativo contra a Presidente Dilma** por parte do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), por vezes seguido pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL).

O cenário político foi agravado ainda pelo momento, sempre difícil, de discussão sobre as **medidas de ajuste fiscal** e pela **falta de apoio do próprio PT** (partido da Presidente), combinado com o **acirramento da oposição** – reforçada pelo bom desempenho nas eleições presidenciais de 2014. Em meio a isso, o Governo vem sendo fustigado com **pedidos de impeachment** apresentados contra a presidente e novas **denúncias de corrupção na Petrobrás** – que atingiram diversos políticos importantes na administração petista.

O ano de 2015 se iniciou com derrota para o Palácio do Planalto já na **Eleição para a Presidência da Câmara dos Deputados** em fevereiro, quando o então ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Pepe Vargas (PT-RS), bateu de frente com o deputado Eduardo Cunha ao buscar votos em nome do Governo para o candidato do PT, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP). A derrota no voto dos deputados significou ao Governo mais do que a perda da direção dos trabalhos da Casa: além de piorar seu relacionamento com o novo presidente e com o PMDB, o confronto aumentou o poder de Eduardo Cunha na política nacional.

A presidente Dilma viu ainda Pepe Vargas, que já sofria resistências até mesmo dentro do PT, ser descredenciado enquanto interlocutor do Planalto perante os deputados da base. Com dificuldades para encontrar um nome de consenso para o cargo, o vice-presidente **Michel Temer assume a articulação política do Governo** com a missão de retomar o controle da base, com especial enfoque em apaziguar a crise vivida com o PMDB nos últimos anos – que se expandia nos últimos meses.

No comando da articulação política, Temer se incumbiu de negociar a **distribuição dos cargos de segundo escalão** e o estabelecimento de um cronograma de **liberação das emendas parlamentares** – no valor de R\$ 5 bilhões. A partir dessas tratativas, foi possível obter coesão da base para aprovação das primeiras medidas do ajuste fiscal. Todavia, apesar dos acordos fechados, o Governo não entregou o prometido aos aliados, dificultando ainda mais sua situação nas últimas semanas de atividade do Congresso Nacional no primeiro semestre. O Palácio do Planalto espera agora a conclusão da votação dos itens do ajuste fiscal para alterar a distribuição de cargos, inclusive, com possibilidade de troca de ministros e ainda redução de ministérios.

A peculiar situação deixou claro que o Governo Dilma está nas mãos do PMDB, que passou cada vez mais a mostrar sua independência, impondo derrotas aos projetos prioritários do Palácio do Planalto, além de colocar grande dificuldade para aprovação de outras matérias. As lideranças do PMDB já vinham anunciando a **tendência de deixar a aliança com o PT** para as próximas eleições, mas com as denúncias da Petrobrás atingindo também os presidentes Renan Calheiros e Eduardo Cunha, cresceu o distanciamento político do partido, que culminou no anúncio de rompimento de relações com o Planalto por parte de Cunha – afirmando ainda que se empenharia na defesa da saída do PMDB do Governo Dilma.

Apesar do impulso do presidente da Câmara ter sido contido por diversas lideranças do partido, há ainda aqueles que veem o momento para **intensificar a pressão no Planalto** – como é o caso do presidente do PMDB na Bahia e primeiro-secretário da Executiva nacional da legenda, Geddel Vieira Lima, que chegou a comunicar à Michel Temer que havia também iniciado a articulação pelo rompimento com o Governo Dilma.

Grande parte das energias do Governo esteve concentrada na defesa da presidente perante a opinião pública quanto às denúncias de corrupção, inflação crescente e desemprego, aos quais se somou o debate sobre a **possibilidade de impeachment** levantada pela oposição desde o início do ano. O debate se apoia nas irregularidades no pagamento de serviços gráficos a “empresas fachada”; no recebimento de doações de campanha recebidas de empresas envolvidas na Operação Lava-Jato – como parte da contrapartida pela conquista dos contratos com a Petrobrás – e nas chamadas “pedaladas fiscais” – atraso no repasse do Tesouro Nacional a bancos (públicos e privados) e autarquias com o objetivo de maquiar as contas da administração central nos anos de 2013 e 2014. São oito os pedidos formais de impeachment em tramitação, porém, apenas um de autoria parlamentar: deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ).

Como as empresas citadas no caso da Petrobrás fizeram doações a diversos partidos e um eventual impeachment com base eleitoral poderia retirar também o vice-presidente Michel Temer do comando do país, a tese de que as “pedaladas fiscais” infringem a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) ganhou maior força e passou a contar com o apoio inclusive de parlamentares dissidentes do PMDB. A reprovação da prática pelo Tribunal de Contas da União (TCU) trouxe maior preocupação para o Planalto, que agora busca mostrar que a técnica foi realizada por diversas administrações estaduais e também pela gestão FHC. Em paralelo, Eduardo Cunha se esforça para avaliar as contas das últimas administrações federais, com vistas a abrir espaço para a reprovação das contas do Governo Dilma em 2014, pretendendo ainda apreciar os pedidos de impeachment recebidos pela Casa.

As **novas fases da operação Lava Jato** trouxeram ainda maior tensão no Palácio do Planalto, em virtude da prisão do ex-ministro José Dirceu – juntamente com seu irmão – e do início das negociações para um acordo de delação premiada por parte do ex-diretor de Serviços da Petrobras, Renato Duque, considerado um dos homens fortes do PT no esquema de corrupção da estatal, e de Fernando Baiano, apontado como intermediador do PMDB.

A **crise econômica** também teve efeito direto na instabilidade política observada. Em busca de soluções para afastar o país da recessão econômica, Dilma apresentou um

conjunto de medidas para promover o **ajuste fiscal** que representam um aumento da carga tributária e redução de direitos trabalhistas – medidas que afirmou em campanha que não fariam parte de sua gestão e ainda contrárias as bandeiras dos partidos mais à esquerda do espectro político de sua base de sustentação, incluindo a do próprio PT.

Assim, além de lutar contra os partidos de oposição que cobravam a manutenção de seu discurso de campanha, Dilma sofreu também com a contrariedade e insurgência do PDT quanto as medidas trabalhistas e, até mesmo, por parte de parlamentares do PT, de maneira que a votação do primeiro item do ajuste fiscal contou com a deserção de 25% da base.

Nesse contexto, observou-se no **Congresso Nacional** intensa disputa de poder entre os parlamentares e o Planalto, que se viu imerso em complicadas negociações com os membros de sua base, projeto a projeto. Em meio à insatisfação com os rumos tomados pelo Governo Dilma, e apoiada pela “preocupação” com a baixa governabilidade, os deputados e senadores retomaram a discussão de alteração do sistema político nacional para o **Parlamentarismo**, que contou inclusive com a instalação de uma Frente Parlamentar em sua defesa no Congresso Nacional com grande apoio de deputados do PMDB.

O reinício das atividades parlamentares em agosto trouxe ainda mais notícias ruins para a articulação política do Governo: **PDT e PTB se afastaram da base governista**. O anúncio foi feito no Plenário da Câmara com declaração de saída definitiva da base por parte do PDT, enquanto que o PTB manifestou independência. O movimento pode causar ainda **alteração na distribuição dos cargos na Esplanada**, visto que o PDT comanda o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o PTB está à frente do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). No Congresso, as duas bancadas contabilizam juntas 46 deputados e 9 senadores.

Apesar de conviver com diversas crises políticas ao longo dos últimos quatro anos, o cenário observado desta vez é mais preocupante por se tratar de uma **desagregação política no entorno da Presidente**. Até mesmo o ex-presidente Lula passou a criticar duramente as decisões de Dilma em público e o relacionamento entre os dois não vive seus melhores dias. Seu núcleo estratégico de governo mostra intenso desgaste e alas do próprio PT sugerem a saída de ministros como Aloisio Mercadante (Casa Civil) e José Eduardo Cardozo (Justiça).

No início do ano, Dilma assumiu uma postura mais reclusa visando minimizar o desgaste de sua imagem em decorrência das polêmicas medidas do ajuste fiscal e do agravamento das denúncias de corrupção. Porém, a estratégia não surtiu o efeito esperado e sinalizou ainda a falta de comando político no país conforme as decisões mais importantes de sua gestão iam sendo tomadas sem o protagonismo presidencial.

Nesse contexto, a última pesquisa sobre a aprovação do governo divulgada no início de agosto mostrou o **menor índice de popularidade da presidente Dilma**: apenas 8%, frente aos 10% da pesquisa divulgada em junho. A pesquisa mostrou um índice de reprovação de 71%, maior do que o aferido por Fernando Collor às vésperas de sofrer processo de impeachment. O dado mais preocupante foi a constatação de que 66% das pessoas entrevistadas são favoráveis à abertura do processo de impeachment da

presidente. Visando reverter esse quadro, Dilma lançou a plataforma “Dialoga Brasil”, ambiente digital para discussão dos programas do Governo, e deve promover uma agenda positiva, a partir de agosto, com aparições em programas de televisão e eventos nos estados – com enfoque principal nas cidades do Nordeste.

O movimento mais recente em busca de uma solução para a crise veio do vice-presidente Michel Temer, que apresentou uma proposta de **união política em prol da governabilidade do país**, com vistas a evitar que as ações de fragilização da Presidente possam comprometer gravemente as contas públicas e a capacidade econômica do país. A proposta recebeu o apoio de parte setor empresarial, representado por entidades como FIESP e FIRJAN.

Todavia, o movimento foi interpretado por lideranças do PSDB como uma tentativa de Temer se manter no poder em caso de impeachment da presidente Dilma. Em reação, o partido passou a defender que somente novas eleições seriam entendidas como legítimas para definição do novo presidente.

COMPETITIVIDADE E CENÁRIO ECONÔMICO

Cercada por críticas nos últimos anos, a equipe econômica de Dilma Rousseff foi reformulada para o novo mandato com a entrada do ministro Joaquim Levy (Fazenda), ligado ao setor financeiro e ex-Secretário do Tesouro da gestão Lula. A nova equipe considerou ineficazes as políticas de estímulo à demanda que vinham sendo promovidas para o crescimento do PIB, avaliando ainda que essas medidas contribuíram, entre outros fatores, para o atual déficit fiscal das contas da União. Com a mudança de filosofia no Ministério da Fazenda, o Governo concentrou sua atenção no **ajuste das contas públicas** por meio da redução dos incentivos à produção e consumo, aumento de tributos e arrecadação e redução dos gastos públicos (compras e investimentos).

As políticas foram amplamente criticadas por denotarem redução de direitos trabalhistas, não atacarem o gasto com a manutenção da máquina pública e não apontarem políticas de desenvolvimento econômico em contraposição à retração das políticas em curso. Houve críticas ainda ao ministro Joaquim Levy (Fazenda) pelo baixo impacto das medidas direcionadas ao setor financeiro em contraste com o restante da economia.

Medidas do Ajuste Fiscal		
	Medidas	Status
Aumento de Tributos e Arrecadação	MPV 668/15 – Elevação da alíquota de PIS e Confins sobre a importação de 9,25% para 11,75%.	✓
	BNDES – Redução na participação em financiamentos e aumento da taxa de juros de longo prazo (TJLP) 5,5% a.a. para 6% a.a.	✓
	IOF – A alíquota para operações de crédito passou de 1,5% a.a. para 3% a.a.	✓
	IPI Cosméticos – equiparação de alíquota entre os setores atacadista e industrial.	✓

Medidas do Ajuste Fiscal		
	Medidas	Status
	Combustíveis – Elevação da CIDE, PIS e Cofins	✓
	Repatriação de bens – Programa para repatriação e regularização de bens e divisas no exterior não declaradas	Pendente
	CARF – Recolhimento de R\$ 20 bi em créditos tributários já julgados pelo Conselho	Pendente
	MPV 675/15 – elevação de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), devida por instituições financeiras	Pendente
	MPV 685/15 – Programa de Redução de Litígios Tributários (Prorelit)	Pendente
Redução de Gastos Públicos	Orçamento – Corte na previsão de gastos do governo federal para 2015 em R\$ 78,5 bi	✓
	MPV 664/15 – Restrição ao acesso à pensão por morte	✓
	MPV 665/15 – Restrição ao acesso ao seguro-desemprego , ao abono salarial e ao seguro-defeso	✓
	Setor Elétrico – Suspensão dos repasses ao fundo da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) previstos em R\$ 9 bi em 2015	✓
Redução de Incentivos	PL 863/15 – Alteração da sistemática de contribuição previdenciária patronal pelo faturamento - Aumento das alíquotas de 1% para 2,5% e de 2% para 4,5% - Caráter opcional	Pendente
	REINTEGRA – Redução do benefício de 3% para 1%.	✓
	IPI Automóveis – Fim dos descontos	✓
	PSI – Remanejamento dos limites de contratação de linhas de crédito	✓
	FIES – Elevação da taxa de juros efetiva para novos contratos de 3,4% a.a. para 6,5% a.a.	✓

O Ministério da Fazenda estuda ainda a **unificação do PIS/Cofins** em um novo sistema que pode incorrer em aumento da carga tributária. A perspectiva é que a alíquota seja elevada de 3,75% para 9,25%, com mudança ainda da regra de cobrança e apuração de créditos sobre os insumos da cadeia produtiva.

Além da pressão decorrente da redução de direitos trabalhistas – que também impactaram negativamente nos caixas das empresas devido à extensão do prazo para início do pagamento, pelo Governo, dos salários dos trabalhadores afastados por motivos de saúde – o plano de ajuste fiscal contou ainda com a **resistência do setor empresarial**, principalmente em função do aumento das alíquotas da contribuição previdenciária patronal, tratada pela equipe econômica como uma das principais medidas do ajuste.

Já os **cortes no orçamento** tiveram um impacto significativo na economia nacional. No início do ano, o governo publicou decreto com a redução de gastos em 33% até a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) e um teto de R\$ 60 bilhões no primeiro quadrimestre para dispêndios com o custeio, além da limitação de investimentos do

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em R\$ 15 bilhões no período – uma redução de 22% frente à média então prevista para o ano. O período contou ainda com um empenho orçamentário muito abaixo do estipulado em diversos órgãos como nos Ministérios dos Transportes (6,4%), da Integração (2,8%) e das Cidades (1,6%).

Após a aprovação da LOA, foi anunciado ainda um **contingenciamento de R\$ 69,9 bilhões**, dos quais 67% foram concentrados nos investimentos e nas emendas parlamentares. Os Ministérios que tiveram os maiores cortes foram o da Saúde (R\$ 11,77 bilhões), da Educação (R\$ 9,42 bilhões) e das Cidades (R\$ 17,23 bilhões).

O impacto foi sentido principalmente nas **obras de infraestrutura**, que tiveram atrasos de pagamento às empreiteiras de todo o país de até 90 dias e paralização de diversas obras sobre o controle do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) fez com que o órgão priorizasse as obras de manutenção em detrimento às de duplicação e novas rodovias. Os atrasos também atingiram pagamentos na ordem de R\$ 1,5 bilhões para construções do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) – um dos projetos mais explorados por Dilma Rousseff durante a campanha presidencial.

Com a restrição orçamentária e consequente escassez das disponibilidades para investimento público em infraestrutura, o Governo Federal lançou uma **nova fase do Programa de Investimento em Logística (PIL)**, voltado para concessões de ferrovias, rodovias, portos e aeroportos no valor de R\$ 198,4 bilhões. Entretanto, apenas R\$ 69,2 bilhões estão relacionados a aportes previstos para o mandato da presidente Dilma Rousseff (até 2018).

Após o primeiro semestre do ajuste fiscal, o Governo anunciou o **aumento do contingenciamento** para R\$ 79,4 bilhões e a **redução da meta do superávit primário** de R\$ 66,3 bilhões para R\$ 8,747 bilhões (de 1,19% para 0,15% do PIB). A proposta da equipe econômica estabelece ainda que o superávit poderá se converter em déficit caso a Receita não consiga arrecadar receitas extraordinárias com: i) concessão de projetos de infraestrutura – a R\$ 5 bilhões; ii) repatriamento de recursos no exterior – R\$ 11,4 bilhões; e iii) renegociação de dívidas questionadas por contribuintes na Justiça – R\$ 10 bilhões. O anúncio sofreu críticas do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, que previu dificuldades na aprovação de medidas complementares no Congresso.

No fim de julho, a agência americana *Standard & Poor's* manteve o grau de investimento para o Brasil, todavia, com “perspectiva negativa” por entenderem que a execução do ajuste fiscal pode ser prejudicada pela postura dos parlamentares. A agência também reduziu a classificação de algumas das maiores empresas brasileiras no fim de julho. O

Programa de Investimento em Logística (PIL)

Ferrovias | R\$ 86,4 bi

- 4 trechos da ferrovia Norte-Sul
- Ferrovia Rio-Vitória
- Ferrovia Bioceânica (R\$ 40 bi)
- R\$ 16 bi de investimentos em concessões atuais

Rodovias | R\$ 66,1 bi

- 15 lotes de estradas
- 6.974 km
- Leilões em 2015 e 2016
- R\$ 15,3 bi de investimentos em concessões atuais

Portos | R\$ 37,4 bi

- 63 novos TUPs
- 50 novos arrendamentos
- 24 renovações antecipadas de arrendamentos

Aeroportos | R\$ 8,5 bi

- Concessão dos aeroportos de Florianópolis, Fortaleza, Porto Alegre e Salvador
- 7 aeroportos regionais
- Perspectiva de redução da participação da Infraero

mercado acredita que esse seja o mesmo caminho adotado pela *Moody's* – o que aumentaria o risco de perda do grau de investimento no curto prazo.

Já a maior agência brasileira de classificação de risco, *Austin Rating*, anunciou o **rebaixamento da nota de crédito de longo prazo do Brasil** em moeda estrangeira de 'BBB-' para 'BB+', tirando o país do chamado grau de investimento. A agência justificou o rebaixamento devido a "*acentuada e contínua piora dos resultados das contas públicas, com destaque para o baixo nível de superávit primário, que é incapaz de reduzir ou neutralizar o avanço do endividamento público que resulta no elevado nível de déficit nominal*".

Classificação do Risco Brasil*			
Austin Rating	Fitch Ratings	Standard & Poor's	Moody's
BB+	BBB	BBB-	Baa2

* em 31/07/2015.

Com o arrefecimento da economia local e a alta do dólar, o Governo passou a apostar nas vendas ao exterior para sustentação do PIB. Nesse bojo, foi lançado em junho o **Plano Nacional de Exportações (PNE)**, que prevê medidas para estimular, facilitar e expandir as exportações brasileiras. O programa foi construído em torno de cinco diretrizes: i) acesso a mercados; ii) promoção comercial; iii) facilitação de comércio; iv) financiamento e garantias às exportações; e v) aperfeiçoamento de mecanismos e regimes tributários de apoio às exportações.

Plano Nacional de Exportações (PNE)	
Medidas	
PROEX	▪ Aumento de R\$ 1,1 bi para R\$ 1,5 bi em 2015.
BNDEx Exim	▪ Aumento de US\$ 2 bi para US\$ 2,9 bi em 2015
FGE	▪ Aumento de US\$ 15 bi no limite para aprovação de novas operações do Fundo
OMC	▪ Implementação do acordo de facilitação de comércio
Trâmite aduaneiro	▪ Redução dos prazos de exportação, de 13 para 8 dias, e de importação, de 17 para 10 dias, até 2017
Crédito Pis/Cofins	▪ Redução do acúmulo de crédito dos tributos Pis e Cofins das exportadoras a partir de 2016

O plano priorizou relações comerciais com Estados Unidos, China, União Europeia (UE) e os membros da Aliança do Pacífico (Chile, México, Colômbia e Peru), além do fortalecimento das trocas comerciais com os países do Mercosul (Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela). Apesar de prever a ampliação de recursos, o plano não traz uma estimativa sobre a contribuição dada às exportações brasileiras nem meta de desempenho para o resultado comercial do país.

As tratativas em torno do **acordo comercial Mercosul-União Europeia** não avançaram de maneira satisfatória neste semestre, após novos entraves nas negociações entre os dois blocos e cogitação de que os países sul-americanos partissem para negociação em separado. Contudo, durante a reunião da cúpula de chefes de Estado e de Governo da União Europeia e da América Latina e Caribe (UE-CELAC), em junho, o Brasil retomou a liderança nas discussões e conseguiu novo consenso para a negociação de uma proposta comum entre os blocos. Na ocasião, foi realizada reunião com a comissária de comércio da UE, Cecilia Malmstrom, em que foi acordado que a troca de ofertas de acesso a mercados deve ocorrer até o final de 2015.

Ainda no âmbito do comércio internacional, o governo vive um momento de grande preocupação devido a **abertura de disputa na Organização Mundial do Comércio**

(OMC) pelo Japão contra o Brasil, alegando ilegalidade da política de incentivos fiscais aos setores de telecomunicação, automotivo e tecnologia. Até setembro os dois países deverão se reunir em busca de uma solução para o caso e, se não houver um acordo, o Japão deve solicitar que os árbitros internacionais examinem as políticas brasileiras.

A **balança comercial** brasileira fechou os sete primeiros meses de 2015 com um superávit de US\$ 4,599 bilhões, uma melhora frente ao mesmo período de 2013 e 2014, quando havia sido contabilizado um déficit de US\$ 4,97 bilhões e US\$ 952 milhões, respectivamente, entretanto, bem abaixo do observado em 2012, que contou com um superávit de US\$ 9,92 bilhões.

Apesar da melhora no saldo da balança, destaca-se a redução da corrente de comércio em 17,5%, ficando em US\$ 221,11 bilhões, com exportações somando US\$ 112,854 bilhões (queda de 15,5%), enquanto que as importações totalizaram US\$ 108,255 bilhões (queda de 19,5%). Também é válido ressaltar que o superávit reflete a recuperação da balança comercial a partir de março, frente ao déficit de US\$ 6 bilhões acumulado em janeiro e fevereiro.

Indicadores Econômicos 2015		
Indicador	Valor	Comparação 2014
Balança Comercial	US\$ 4,599 bi*	▲ US\$ 5,551 bi**
Selic	14,25% a.a.	▲ 2,50
Dólar	R\$ 3,42***	▲ 28,81%
Bolsa	50.864 pts***	▲ 1,71%
Inflação	6,17%****	▲ 2,42%*****

* Valor acumulado até julho de 2015.

** Em comparação ao resultado acumulado até julho de 2014.

*** Fechamento de 31/07/2015.

**** IPCA acumulado até junho.

***** Em comparação ao IPCA acumulado até junho de 2014.

A previsão do mercado é que a balança comercial encerre o ano com um superávit de US\$ 6,4 bilhões nas transações comerciais do país com o exterior. Já o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) estima que o superávit comercial fique entre US\$ 5 bilhões e US\$ 8 bilhões. Se confirmado, será um desempenho melhor que o registrado no ano passado, quando o país registrou déficit comercial de 3,9 bilhões de dólares, o primeiro saldo negativo desde o ano 2000.

Após o primeiro semestre, as perspectivas dos economistas do mercado financeiro para o ano não são boas e apontam para uma retração elevação do **Produto Interno Bruto (PIB)** de 1,80%. Os dados do primeiro trimestre mostraram uma retração de 0,2%.

No mesmo caminho, as **contas do governo central** encerraram junho com déficit de R\$ 2,58 trilhões, significando um aumento de 17,28% da dívida nos últimos doze meses. De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, a dívida pública pode chegar ao patamar máximo de R\$ 2,6 trilhões no fim deste ano – R\$ 305 bilhões a mais em relação ao fechamento de 2014. O Plano Anual de Financiamento (PAF) da dívida pública, feito pelo Tesouro Nacional, também estabelece um piso de R\$ 2,45 trilhões para o débito público no fim deste ano, o que representaria uma alta de R\$ 155 bilhões em comparação com dezembro do ano passado.

A **inflação** fechou o primeiro semestre em 6,17% – muito próxima do teto da meta para o ano, fixada em 6,5%. Com base no comportamento da economia até o momento, o mercado estipula um fechamento em 2015 em 9,25%. Já a taxa **Selic**, que foi elevada em 2,5 pontos percentuais desde o início do ano, é esperada para permanecer no mesmo patamar até o fim do ano.

PODER EXECUTIVO

Neste primeiro semestre, o Governo concentrou suas ações em torno das **políticas para o enfrentamento da crise** com enfoque no ajuste fiscal, infraestrutura e questões comerciais, deixando de lado as incumbências das demais pastas, que também sofreram redução de suas atividades em função da falta de recursos disponíveis neste ano.

O **aperto orçamentário** impactou ainda em ações que foram destaque no último mandato da Presidente Dilma, como o Programa Minha Casa, Minha Vida – que aguarda divulgação de nova fase desde julho do ano passado – e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) – que teve que sofrer profundas mudanças para ter continuidade neste ano, como o aumento das taxas de juros aplicadas, redução do número de novas bolsas e aumento do critério de seleção dos estudantes, o que prejudicou as atividades de instituições privadas de ensino superior por todo o país.

O **Ministério da Previdência Social** (MPS) também foi destaque como reflexo das medidas de ajuste fiscal que mudaram a regra de acesso aos benefícios previdenciários. Entretanto, no âmbito das discussões dessa alteração, os parlamentares aprovaram uma mudança no **cálculo do fator previdenciário**. O Planalto foi forçado a votar a mudança em função dos enormes impactos no sistema de previdência oficial e, em contrapartida, publicou a Medida Provisória 676/2015, alterando a regra previdenciária para a chamada **“fórmula 85/95”**, para que a aposentadoria passe a depender de um somatório entre idade e tempo de contribuição.

Ainda como resposta ao momento de crise econômica, o governo editou a Medida Provisória 680/2015, que trata sobre o **Plano de Proteção ao Emprego** (PPE). O Plano permite que as empresas em dificuldades financeiras temporárias reduzam a jornada de trabalho de seus funcionários em até 30%, com redução proporcional do salário pago pelo empregador, por até seis meses. A diferença de remuneração será compensada em 50% (limitada a R\$ 900,84) pelo Governo com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A estimativa é que o PPE preserve, neste ano, o emprego de 50 mil trabalhadores com salário médio de R\$ 2,2 mil, a um custo de R\$ 100 milhões.

Alinhada com a necessidade de atração de divisas internacionais, o **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento** (MAPA) deu ênfase na promoção internacional do agronegócio brasileiro, com a construção de novos acordos comerciais e eliminação de barreiras a nossos produtos.

Outra ação de destaque do Ministério, foi o lançamento do **Plano Agrícola e Pecuário 2015/2016**, disponibilizando R\$ 187,7 bilhões para apoiar a produção agropecuária, sendo R\$ 149,5 bilhões destinados às operações de custeio e comercialização e R\$ 38,2 bilhões aos programas de investimento. A expectativa é que, nos próximos 10 anos, a produção agrícola aumente em 50 milhões de toneladas e a produção de carnes (bovina, suína e de aves), em 8 milhões de toneladas. É válida ainda a menção à grande reestruturação dos cargos de coordenação no Ministério.

A **Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SMPE)** foi uma das pastas de maior atuação neste semestre. Com grande prestígio perante o Palácio do Planalto, o ministro Afif Domingos continuou sua peregrinação aos estados na “Caravana da Simplificação”, participou da construção do programa “Pronatec Aprendiz” para as micro e pequenas empresas, além de comemorar a marca de 5 milhões de microempreendedores individuais no país.

Sua atuação é destacada ainda no Congresso Nacional, onde busca modificar mais uma vez o **Simples Nacional** – agora com a derrubada a restrição de adesão de alguns setores, como de vinhos e cervejas, e a ampliação do limite de faturamento para participação no programa para até R\$ 14 milhões, com alteração nas atuais tabelas de tributação para redução do impacto na troca de faixas.

Já o **Ministério do Meio Ambiente (MMA)** concentrou suas ações no apoio e promoção de estudos ao enfrentamento da crise hídrica; início da construção de um inventário de emissões e liberações de mercúrio; lançamento do Plano Nacional de Implementação da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs); e pelos estudos relacionados à regulamentação do **novo marco legal da biodiversidade**, esperada para novembro.

O Ministério também intensificou seus esforços quanto ao **Cadastramento Ambiental Rural (CAR)**, que atingiu mais de 1,5 milhão de imóveis cadastrados, e adiou sua obrigatoriedade para maio de 2016. Já as discussões em torno dos **acordos setoriais para logística reversa** de resíduos sólidos, esperadas para serem publicadas ainda em 2014, pouco avançaram neste ano, sendo divulgado apenas o acordo setorial para lâmpadas.

Houve ainda **mudança na presidência** das duas principais autarquias do Ministério: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) – que passou a ser comandado por Cláudio Maretti – e Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) – agora sobre a liderança de Marilene Ramos.

Além das medidas do ajuste fiscal, o Ministério da Fazenda (MFaz) ganhou evidência pelos escândalos envolvendo a Operação Zelotes, que apurou irregularidades nos processos avaliados pelo **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF)**, com denúncia de manipulação dos resultados mediante pagamento de propina aos conselheiros. Como efeito das denúncias, o órgão teve suas reuniões suspensas entre março e julho e passou por uma reestruturação – que contou com alterações em seu regimento interno e sua composição. O número de conselheiros foi reduzido de 216 para 120; o período de mandato caiu de três para dois anos; e os conselheiros passaram a ser remunerados.

Ao longo do semestre, foram aprovados os nomes de oito **diretores de agências reguladoras**, com ênfase para a recomposição da **ANTT** – Agência Nacional de Transportes Terrestres que contou com a aprovação de quatro diretores. Foi destacada ainda a aprovação de dois novos diretores para a **ANVISA** – Agência Nacional de Vigilância Sanitária e dois para a **ANAC** – Agência Nacional de Aviação Civil.

Foram encaminhados ainda, durante o recesso parlamentar, as indicações de Débora Regina Ivanov Gomes para a diretoria da **ANCINE** – Agência Nacional do Cinema, e de quatro nomes para ocupar o cargo de diretor no **DNIT** – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes: Edme Tavares de Albuquerque Filho, Gustavo Adolfo Andrade de Sá, Luiz Antonio Ehret Garcia e Valter Casimiro – sendo este último indicado para o cargo de diretor-presidente.

Outras indicações de relevo aprovadas foram as de Otávio Damaso e Tony Volpon para a diretoria do **BCB** – Banco Central do Brasil; de Gustavo Borba para a **CVM** – Comissão de Valores Mobiliários; e de Alexandre Macedo, Cristiane Schmidt, Eduardo Frade Rodrigues, João Paulo de Resende e Paulo Burnier como conselheiros do **CADE** – Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Agência Reguladora	Novos Diretores
ANA – Agência Nacional de Águas	Ney Maranhão
ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil	José Ricardo Pataro Ricardo Fenelon
ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar	Karla Santa Cruz Coelho
ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres	Carlos Fernando do Nascimento* Marcelo Bruto da Costa Correia Marcelo Vinaud Prado Sérgio de Assis Lobo
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária	Jarbas Barbosa da Silva Júnior Fernando Mendes Garcia Neto**

* Ocupa o cargo de diretor interino da Agência desde 2012.

** Pendente de publicação no Diário Oficial da União – DOU.

CONGRESSO NACIONAL

O semestre foi marcado pela **intensa atividade** do Congresso Nacional em busca do protagonismo nas decisões sobre os principais temas de governo, em contraponto à fragilidade vivida pelo Poder Executivo. Nesse contexto, também tiveram destaque as **disputas entre a base aliada e o Palácio do Planalto** e as movimentações das **Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs)** com investigações de impacto direto no Governo.

Na Câmara dos Deputados, o **presidente Eduardo Cunha** (PMDB-RJ) imprimiu um ritmo acelerado a importantes discussões no Plenário da Casa e, em várias ocasiões, direcionou a votação dos parlamentares em caminho diverso daquele defendido pelo Palácio do Planalto. Já no Senado, **Renan Calheiros** (PMDB-AL), oscilou em diversos momentos sua postura perante os interesses da presidente Dilma – após um início de ano alinhado, teve episódios de cizânia a partir de seu envolvimento nas denúncias da Lava Jato, como representado pelo ato de **devolução da MPV 669/15** (desoneração da folha) à Presidência da República.

Em meio à crise política, **o Poder Legislativo impôs diversas derrotas ao Governo**, como a manutenção da doação de campanha por empresas; alteração do fator previdenciário; extensão de regra de ajuste do salário mínimo para aposentadoria; orçamento impositivo; redução da maioria penal para crimes hediondos; reajuste dos servidores do Poder Judiciário; e retardamento e alteração das propostas do ajuste fiscal.

As derrotas impostas buscaram mostrar a **independência do Parlamento** e forçar maior desgaste político da presidente Dilma nas negociações com a base aliada e, principalmente, ao colocá-la em necessidade de aposição de vetos – o que expôs negativamente a presidente à opinião pública, sobretudo, quando esses foram relacionados a projetos trabalhistas. Na Câmara, a realização de sessões Plenárias semanais para ouvir os ministros sobre os programas e perspectivas de seus Ministérios trouxe maior exposição do Governo – tendo como seu ápice a polêmica sessão com a participação do então Ministro da Educação, Cid Gomes, que deixou o cargo após exasperado desentendimento com os deputados durante a reunião.

Com um discurso crítico à presidente Dilma Rousseff, Eduardo Cunha deu seguimento regimental aos requerimentos de criação de CPIs consideradas prejudiciais ao Governo, como a **CPI da Petrobrás**, instalada no final de fevereiro. As mais de trinta reuniões da Comissão foram palco para discursos da oposição contra a administração do PT e contou com convocações de diversas autoridades envolvidas nas investigações da Lava Jato – sendo que os poucos a se pronunciarem confirmaram a versão de que o esquema de corrupção possuía forte viés político com o envolvimento direto de partidos e políticos da base aliada.

Sob forte influência do clima político, tiveram destaque entre as **matérias aprovadas pela Câmara dos Deputados** o Novo Marco Legal da Biodiversidade; o Código Nacional de Ciência e Tecnologia; a Reforma Política; Minirreforma eleitoral; a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência; nova sistemática de contribuição previdenciária patronal; e a Regulamentação da Terceirização.

O debate sobre a **terceirização** ganhou evidência por todo o país durante sua apreciação pelos deputados em Plenário, que contou com intensa articulação do setor produtivo em prol do avanço da matéria, além de diversas manifestações contrárias das centrais sindicais e representantes da Justiça do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho. O projeto representou ainda uma tentativa do PT de reaproximação com os trabalhadores e sindicatos após a redução de direitos trabalhistas presentes das medidas do ajuste fiscal.

Não obstante, o texto aprovado pelos deputados trouxe alterações negativas ao projeto para o setor empresarial, sobretudo, em razão do estabelecimento da **responsabilidade solidária**. Atualmente, a matéria encontra-se no Senado Federal aguardando início de sua discussão nas comissões, já tendo sido realizada sessão temática em Plenário sobre o tema, que contou com a participação de representantes dos setores empresarial e trabalhista. Ressalta-se ainda que o senador **Paulo Paim** (PT-RS) tem promovido uma série de audiências públicas sobre o projeto nos estados sob a ótica dos trabalhadores e sindicatos.

Outro projeto de grande impacto para o setor produtivo debatido no Plenário da Câmara foi a **nova sistemática de contribuição previdenciária patronal**. A proposta de aumento das alíquotas de 1% para 2,5% e de 2% para 4,5% num momento de dificuldade econômica foi duramente criticada pelo setor produtivo, especialmente em virtude do caráter permanente conferido à sistemática no fim de 2014. Apesar da atuação de vários setores visando a rejeição ou redução da reoneração disposta no projeto, a construção de um novo acordo entre o Palácio do Planalto e sua coalização partidária foi mais forte e os deputados acabaram preservando apenas os setores de comunicação social, *call center*, transporte, cesta básica, calçados e de confecções.

Agora o texto está sobre apreciação do Senado Federal e deve ser uma das principais matérias em votação na Casa neste segundo semestre. Apesar da pressa do Governo em sua aprovação e sua resistência quanto a mudanças no projeto, os senadores têm mostrado inclinação a apoiar o movimento capitaneado pela FIESP, e abraçado pelo PMDB, com aumento moderado de alíquotas para 1,5% e 3%, com a manutenção da obrigatoriedade, sem exceções para quaisquer setores.

Já as **atenções do Senado Federal** estiveram concentradas nas discussões da situação econômica do país e as medidas do ajuste fiscal; da PEC do Comércio Eletrônico; mudança no sistema de participação da Petrobrás na exploração do Pré-sal; alterações às leis de arbitragem e mediação; redução da maioria penal; e da reforma política – que contou com Comissão Especial para análise do tema.

É válida ainda a menção ao protagonismo do senador **José Serra** (PSDB-SP) ao direcionar o resultado de importantes discussões na Casa, como a proposta de redução da maioria penal; indexador das dívidas dos estados; reforma política e mudança no sistema de participação da Petrobrás na exploração do Pré-sal.

Por sua vez, o senador **Romero Jucá** (PMDB-RR) manteve sua postura de liderança na condução das discussões mais relevantes da Casa, sendo o relator da Lei Orçamentária Anual 2014; da Comissão Especial da Reforma Política; e da Comissão Mista de consolidação da Legislação Federal e regulamentação dos Dispositivos da Constituição Federal. Ele relatará ainda a CPI do Futebol, que deve ter destaque nas discussões da casa neste semestre.

A **intensidade dos trabalhos no Congresso Nacional** é percebida ainda nos números do semestre. Mesmo com a votação de diversos temas polêmicos que por diversas vezes atravessaram vários dias de discussão, a Câmara aprovou 170 proposições, sendo 90 em Plenário e 80 conclusivamente pelas Comissões, enquanto que o Senado aprovou 236 matérias, conforme relatórios oficiais divulgados pelas duas Casas.

Na Câmara, a mudança no enfoque da sessão deliberativa das quintas-feiras, que passou a ser utilizada também com maior frequência para votação de temas prioritários, frente a antiga prática de discussão de assuntos de menor relevância, repercutiu ainda na maior presença dos deputados em Brasília na quinta e, por consequência, nas atividades das Comissões que passaram a agendar mais reuniões nesse dia. As Comissões Temáticas da Casa tiveram um aumento de 62,09% de reuniões, aprovando 53,8% mais proposições em comparação aos primeiros seis meses do início da legislatura passada, em 2011. Observando ainda o número de projetos de lei

apresentados, identifica-se também um crescimento de 32,54% Câmara e 22,24% no Senado em comparação à 2011.

Para o **segundo semestre**, há grande expectativa na Câmara dos Deputados quanto ao funcionamento das **CPIs do BNDES e dos Fundos de Pensão**, que não devem contar com a participação do PT nos cargos de presidente ou relator – dando preferência para o PMDB, PSDB, DEM e PR na distribuição desses cargos. A Casa deve priorizar ainda nos próximos meses a votação de mudança no rito de tramitação das medidas provisórias; pedidos de impeachment da presidente; análises das contas dos últimos cinco governos federais; e a proposta de redução do número de Ministérios – discussões que devem dificultar ainda mais a situação de Dilma Rousseff no poder. Já o governo, continuará buscando direcionar a pauta para votação das medidas do ajuste fiscal, como a proposta de repatriação de recursos do exterior, além de colocar em evidência projetos de sua pauta positiva, como a ampliação do Simples Nacional.

Logo na primeira semana de trabalhos legislativos, o Plenário da Câmara sinalizou continuidade em sua postura conflituosa com o governo ao aprovar em primeiro turno a **PEC 443/2009**, que vincula salários de advogados públicos e delegados de polícia à remuneração dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). A proposta tem impacto fiscal de cerca de R\$ 2,5 bilhões por ano. O Ministério do Planejamento calcula ainda que a aprovação de outras PECs desta natureza adicionem mais R\$ 7,5 bilhões a esta conta.

As discussões em torno da proposta de **alteração da forma de remuneração do FGTS** na retomada das atividades legislativas devem servir como um termômetro do real poder de Eduardo Cunha após as denúncias da Operação Lava Jato atingirem seu nome. Patrocinada pelo presidente da Câmara, a matéria preocupa o Palácio do Planalto em virtude de seu forte impacto sobre o financiamento do sistema de habitação, obras de saneamento e de infraestrutura por todo o país.

No Senado, o destaque deve ficar na **continuidade das discussões de temas polêmicos aprovados pela Câmara** no primeiro semestre, como a terceirização e a desoneração da folha. Também devem seguir os debates sobre a participação da Petrobrás na exploração do Pré-sal e a proposta de **unificação das alíquotas de ICMS** – considerada prioritária para o fim da guerra fiscal entre os estados.

Em contraponto à Câmara, **os senadores têm assumido um tom mais moderado com relação à crise política**, manifestando a importância de que os temas apreciados pela Casa sejam tratados de maneira responsável com relação ao futuro do país – numa postura mais alinhada ao discurso do vice-presidente Michel Temer.

Instrumento de aplicação das principais políticas do governo, as 20 **Medidas Provisórias** (MPVs) editadas até julho mantiveram seu caráter prioritariamente econômico, com destaque para as medidas do ajuste fiscal. O número representa um crescimento de 33% na edição dessas medidas frente ao mesmo período de 2014 (janeiro a julho) quando foram publicadas 15.

Somadas a outras 12 MPVs editadas ainda em 2014, estiveram em tramitação neste ano 32 MPVs, das quais 11 já foram aprovadas, 5 perderam a vigência (todas

relacionadas a abertura de crédito extraordinário para órgãos e empresas da administração pública) e 1 foi devolvida (**MPV 669/15** – desoneração da folha).

Permanecem ainda em apreciação no Congresso Nacional outras 16 MPVs, das quais se destacam a **MPV 680/15**, que institui o Programa de Proteção ao Emprego (PPE); a **MPV 683/15**, que institui o Fundo de Desenvolvimento Regional e Infraestrutura e o Fundo de Auxílio à Convergência das Alíquotas do ICMS; e a **MPV 685/15**, que institui o Programa de Redução de Litígios Tributários (PRORELIT).

PODER JUDICIÁRIO

Em meio ao conturbado momento político, o poder judiciário impôs uma forte derrota ao Governo com a aprovação da chamada **PEC da Bengala**, que alterou a idade para aposentadoria compulsória dos magistrados de 70 para 75 anos. Na prática, a alteração retirou da presidente Dilma Rousseff a prerrogativa de nomear vinte nomes que iriam se aposentar até o fim de 2018 no STM (6), STF (5), STJ (3), TST (3) e TCU (3).

Também ganhou evidência o processo de aprovação da indicação do advogado **Edson Fachin**, no Senado Federal, para ocupar a vaga de Joaquim Barbosa na Suprema Corte. Tendo em vista a fragilidade política vivida pelo Governo e as polêmicas levantadas quanto a seus posicionamentos ideológicos, a sabatina do indicado de Dilma Rousseff ocorreu com resistências, inclusive de parte do PMDB, com destaque para o senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) e para o presidente do Senado, Renan Calheiros. Apesar das oposições ao seu nome, Fachin foi aprovado por 52 votos a 27 e tomou posse em junho.

No **Supremo Tribunal Federal** (STF), o primeiro semestre do ano foi marcado por decisões no âmbito da **repercussão geral**, que envolveram disputas com impacto sobre o volume de processos na Justiça, como temas de direito financeiro (capitalização mensal de taxa de juros), direito trabalhista (validade de acordo de demissão voluntária) e matérias relativas a servidores públicos e aposentados. A Corte decidiu ainda sobre temas de relevo jurídico, como o poder de investigação criminal do Ministério Público e o uso do habeas data para obtenção de informações fiscais.

Além disso, o reconhecimento da repercussão geral foi estendido a outros temas, que ainda serão julgados, como a legalidade do ensino domiciliar; o “direito ao esquecimento” na esfera civil; aplicação de novo teto de Requisições de Pequeno Valor (RPVs) a execuções em curso; restrição à imunidade de empresas ao ITBI; incidência da contribuição ao SENAR sobre receita bruta; incidência de IR sobre juros de mora recebidos por pessoa física; correção e juros de mora em precatórios; perdão de dívida tributária decorrente de benefícios inconstitucionais; e o valor de multa por mora no ISS.

O Supremo também avançou na edição novas **Súmulas Vinculantes**, com destaque para a Súmula nº 38 (competência do Município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial), a Súmula nº 48 (legitimidade da cobrança do ICMS por ocasião do desembaraço aduaneiro na entrada de mercadoria importada do exterior) e

a Súmula nº 52 (imunidade ao IPTU em locação para terceiros de imóvel pertencente às entidades referidas pelo art. 150, VI, “c”, da Constituição Federal)

Com os desdobramentos da **Lava-Jato** e o possível envolvimento de autoridades com foro privilegiado, o ministro **Teori Zavascki** foi designado relator do caso no Supremo e está à frente da condução dos inquéritos contra deputados e senadores, com destaque para os Presidentes da Câmara, deputado Eduardo Cunha, e do Senado Federal, senador Renan Calheiros.

As recentes ações solicitadas à Polícia Federal pelo procurador-geral da República, **Rodrigo Janot**, encontraram forte manifestação de repúdio dos parlamentares que se dizem perseguidos por contrariar os interesses do Palácio do Planalto. Nessa situação de tensão entre os Poderes Legislativos e Executivo, os fatos que estão sendo divulgados na investigação podem dificultar a recondução de Janot que precisa ser aprovada pelo Senado Federal.

Sob a presidência do ministro **Ricardo Lewandowski**, a atuação do **Conselho Nacional de Justiça** (CNJ) tem sido criticada pelo enfoque considerado corporativo, com menos espaço para as ações de corregedoria e uma dedicação maior ao planejamento administrativo do Judiciário. Questões como a correção dos salários e a extensão do auxílio-moradia a todos os magistrados são medidas que demonstram o perfil do presidente. Essa conduta foi bem representada pelo seu apoio ao reajuste salarial para servidores do Judiciário, que foi objeto de projeto de lei que previa um aumento de até 78%, que ao final foi vetado pela Presidente Dilma Rousseff.

Duas das principais decisões do Conselho no primeiro semestre foram a aprovação, em junho, da reserva a candidatos negros o mínimo de 20% das vagas oferecidas em concursos no Poder Judiciário; e a regra que estabelece o impedimento da atuação dos magistrados em processos patrocinados ou tendo como interessados advogados parentes consanguíneos e afins.

O **Superior Tribunal de Justiça** (STJ) ganhou novo membro com a indicação do desembargador federal **Reynaldo Soares da Fonseca**, na vaga deixada por Arnaldo Esteves Lima, que se aposentou em julho do ano passado. O Tribunal fez um balanço nesse primeiro semestre, que apontou crescimento no número de processos julgados na ordem de 20% em relação ao mesmo período de 2014. Dentre as novas súmulas aprovadas, destaca-se a Súmula nº 539, que trata da permissão de capitalização de juros com periodicidade inferior à anual em contratos celebrados com instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional a partir de 31 de março de 2000.

No **Tribunal Superior Eleitoral** (TSE), a expectativa é o julgamento da campanha de Dilma Rousseff após o pedido de investigação formulado pelo PSDB relacionado às doações recebidas pelo comitê de campanha da presidente oriundas de empresas envolvidas na operação Lava Jato. O relator das contas eleitorais da presidente, o ministro Gilmar Mendes, deu início a diligências para verificação de regularidade da prestação de serviços de empresas na campanha.